

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.981/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO: 13.010/2026**

**UASG: 930213**

**NÚMERO CADASTRADO NO COMPRAS.GOV: 90.010**

**EDITAL**

**OBJETO:**

**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MOTOLÂNCIAS E VEÍCULO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA, DESTINADO AO SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA**

• **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 19 de fevereiro de 2026** – horário: **09:00** horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA).

• **LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal - [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

• **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (Informando o nº e objeto da Licitação e do Pregão)**

❖ **Fone:** (83)3213-7534

❖ **Email:** [cel.smsjp@gmail.com](mailto:cel.smsjp@gmail.com)

❖ **Editais disponíveis no site:** <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes>

• **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF.

## 1. PREÂMBULO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA/PB – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**, por intermédio do(a) Pregoeiro(a), nomeado(a) pela portaria nº. **053/2025**, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.251/2023, Decreto Municipal nº 10.372/2023, Decreto Municipal 10.445/2023, alterado pelo Decreto Municipal Nº 10.563/2024, Decreto Municipal nº 10.541/2024, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pelas demais normas aplicáveis e condições constantes em edital, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial do **Fundo Municipal de Saúde**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/) do Portal de Compras do Governo Federal.

## 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MOTOLÂNCIAS E VEÍCULO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA, DESTINADO AO SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo II ao Edital).

## 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**4.5. Os itens serão destinados à AMPLA CONCORRÊNCIA podendo participar todas e quaisquer empresas.**

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com o órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.7. O impedimento de que trata o item 4.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.6.2 e 4.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.10. O disposto nos itens 4.6.2 e 4.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.11.1. A vedação de que trata o item 4.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

- 5.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor unitário e total do item;
- 6.1.2. Marca;
- 6.1.3. Fabricante;
- 6.1.4. Quantidade cotada.
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**
- 6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. A ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

### **7.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM, sendo considerado 02 (duas) casas decimais**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.9.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.9.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.9.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo ordem crescente de valores.

7.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



7.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.17.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.17.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.17.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.17.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.17.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.17.2.2. Empresas brasileiras;

7.17.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.17.3. Caso não se obtenha êxito nos critérios de desempate estabelecidos no artº 60 da Lei nº 14.133/2021 será aplicado como último recurso o sorteio, preferencialmente, de forma automatizada, pelo próprio sistema de realização do pregão, quando este disponibilizar tal funcionalidade; ou em sessão ao vivo, através de uma plataforma streaming com convocação de todos os licitantes para acompanhamento.

7.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas após definido o resultado do julgamento.

7.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**7.18.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

7.18.5. A licitante deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos, apresentada juntamente com sua proposta contendo as parcelas relativas a todos os insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

7.18.5.1. A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará à unidade administrativa a proceder a futuras revisões de preços, caso venha à contratada solicitar o equilíbrio econômico – financeiro.

7.18.5.2. A não apresentação da Planilha não acarretará na desclassificação do licitante.

7.18.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.19. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 5.5 deste edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. Conter vícios insanáveis;

8.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 9. DA HABILITAÇÃO

### Exigências de habilitação

9.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.2. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880 de 2 de dezembro de 2021.



9.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 120 (cento e vinte) dias da data do certame licitatório.

9.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando.

9.23.1. Formas de apresentação das demonstrações contábeis:

a) 1ª Opção - O **Balanço Patrimonial** e a **Demonstração do Resultado do Exercício – DRE** deverão estar **adequadamente registrados ou autenticados** na Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante e estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC, e vir acompanhados do **Termo de Abertura e Encerramento do Livro Diário** ou **Termo de Abertura e Encerramento de Registro das Demonstrações Contábeis**; ou

b) 2ª Opção - Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED deverá apresentar a seguinte documentação:

a) **Balanço Patrimonial (BP)**;

b) **Demonstrativo de Resultado do Exercício (DRE)**;

c) **Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital**;

d) **Recibo de entrega do SPED-ECD** (Termo de Autenticação do Livro Digital).

9.23.2. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de até 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

9.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

### Qualificação Técnica

9.26. *Conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo I ao presente Edital.*

### Disposições Gerais (Habilitação)

9.27. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.28. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.29. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.30. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.31. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.32. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.33. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.33.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.34. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.34.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.35. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.35.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.35.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.36. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [Lei 14.133/21, art. 64](#):

9.36.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.36.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.37. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.38. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.34.1.

9.39. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.40. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

## **10. DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 123/2006 e 147/2014**

### **10.1. Das Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP:**

10.1.1. Para que as Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP se beneficiem dos direitos adquiridos pela Lei Complementar Nº 123/2006, a empresa deverá **comprovar seu enquadramento** conforme as condições a seguir:

a) Será considerada a **Declaração de Enquadramento** da empresa na categoria de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, quando feita a opção de participação nos itens de cota exclusiva ou reservada no site do **Compras.gov.br**;

b) A **comprovação do enquadramento** estará condicionada à análise do **faturamento bruto anual**, conforme estabelecido pela LC 123/2006 Art. 3º Incisos I e II, através da Demonstração Contábil **DRE – Demonstração do Resultado do Exercício** (registrado ou autenticado na Junta Comercial **ou apresentado pela** Escrituração Contábil Digital - ECD gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED) apresentada.

10.1.2. As empresas que mesmo estando incluídas na categoria de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, mas que não fizerem a comprovação ao (à) Pregoeiro (a) ou a sua equipe de apoio no ato do credenciamento terão seus benefícios de ME ou EPP automaticamente cancelados para este certame por falta de comprovação dessa qualidade em tempo hábil;

10.1.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo(a) Pregoeiro(a) ou por servidor da Comissão de Licitação, ou mediante publicação em órgão de imprensa oficial, ficando retidos no processo;

10.1.4. A empresa que se enquadrar na categoria de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, de acordo com o subitem 10.1.1, letra “a” poderá dispor dos seguintes Benefícios:

10.1.4.1. Participar da licitação mesmo que está presente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, desde que apresente toda a documentação de habilitação, inclusive o documento que apresente a restrição;

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para a regularização da documentação. Prazo este, que será contado a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame e poderá a critério do **Fundo Municipal de Saúde**, ser prorrogado por igual período;

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto na letra “a” deste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. Sendo Facultado o **Fundo Municipal de Saúde** convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

10.1.4.2. Preferência de Contratação como critério de desempate;

10.1.4.2.1. Entende-se por empate a situação em que as propostas apresentadas pelas Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP sejam iguais ou até 5% (Cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada e desde que esta empresa (a melhor classificada) não se enquadre na categoria de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

10.1.4.2.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) Finalizada a etapa de lances e considerando o empate de que trata o subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) convocará o representante da Microempresa- ME ou da Empresa de Pequeno Porte - EPP (melhor classificada), para que ele apresente um novo lance, em um prazo máximo de 05 (cinco) minutos sob pena de preclusão deste direito, com preço inferior aquele considerado vencedor do certame, situação em que será adjudicado o objeto licitado em seu favor;

b) Caso o representante da Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP não apresente um lance inferior ao daquele considerado vencedor, o(a) Pregoeiro(a) convocará pela ordem remanescente os representantes das Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP que por ventura se enquadrem com suas propostas finais iguais ou até 5% (Cinco por cento) superiores à proposta melhor classificada, até que um apresente uma proposta com o valor inferior ao da vencedora ou não haja mais Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP dentro do percentual estabelecido como empate;

c) Não havendo Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP dentro do percentual estabelecido como empate, ou havendo, mas não apresentando lance inferior ao valor do considerado vencedor, o objeto licitado será

adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que esta seja aceita pelo (a) Pregoeiro (a);

10.1.5. Será assegurado a todos os licitantes a legitimidade para questionar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte do concorrente. No entanto, o abuso tanto da pretensão de usurpação, quando do questionamento será igualmente punido, conforme legislação pertinente;

10.1.5.1. No caso de arguição de qualquer um dos fatos acima, caberá ao recorrente o ônus da prova da alegação, devendo ser respeitados os direitos constitucionais da ampla defesa e do contraditório, antes da conclusão final administrativa.

## **11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes>.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CADASTRO RESERVA**

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços

12.4. Serão formalizadas quantas Atas de Registro de Preços forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



12.7. Validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

12.7.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

12.8. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

*12.8.1 O instrumento contratual de que trata o item 12.8. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.*

12.9. Contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

*12.10.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário;*

*12.10.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:*

*12.10.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e*

*12.10.2.2 Mantiverem sua proposta original.*

*12.10.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.*

12.11. O registro a que se refere o item 12.10.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

12.12. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original

12.13. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

*12.13.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital.*

*12.13.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no subitem 12.20.*

12.14. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.15. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei Municipal nº 15.273/2024

*12.15.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que justificativa seja aceita pela Administração.*

12.16. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

12.17. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observado o disposto no item e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.18. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 12.10.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

*12.18.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou*



12.18.2. *Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.*

12.19. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

12.19.1. *Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;*

12.19.2. *Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados*

12.19.3. *Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.*

12.19.3.1. *No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;*

12.19.3.2. *No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação*

1.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

12.20.1 *Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;*

12.20.2 *Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;*

12.20.3 *Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou*

12.20.4 *Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.*

12.20.4.1 *Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.*

12.20. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa

12.21. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação

12.22. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

12.23.1 *As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.*

12.23. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

12.24. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidades participante

12.25. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 12.20, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### 13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos

13.1.1 consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

13.2 A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

13.2.1 Os órgãos e entidades da administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, que tenham interesse em aderir a Ata de Registro de Preços, deverão solicitar através do sistema compras.gov (Gestão de Atas Lei 14.133/2021).

13.2.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

13.3 Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

13.4 O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

13.5 O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 13.1.

13.6 Os limites para adesões das aquisições e contratações não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

13.7 O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

#### **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. As apurações das infrações administrativas e sanções serão amparadas pela Lei Federal nº14.133/2021 e Lei Municipal nº 15.273/2024.

14.1.1. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes valores percentuais:

14.1.1.1. 5%(cinco por cento) pelas condutas tipicadas no subitem 14.1.5.

14.1.1.2. 10% (dez por cento) pelas condutas tipicadas no subitem 14.1.6.

14.1.2. A multa deverá ser paga no prazo de máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da cobrança pela empresa sancionada.

14.1.3. Caso a empresa não efetue o pagamento, o valor da multa aplicada será:

14.1.3.1. Descontado a totalidade dos créditos que a contratada fizer jus, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora;

14.1.3.2. Descontado da garantia prevista na licitação, se houver.

14.1.4. Não sendo possível o desconto nas formas previstas acima, a autoridade competente deverá providenciar a inclusão do débito nos registros e encaminhar cópia do processo ao setor competente para inscrição na dívida ativa municipal.

14.1.5. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município e decorrerá das seguintes condutas e pelos seguintes prazos.

14.1.5.1. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (3 meses);

14.1.5.2. Deixar de entregar a documentação exigida para certame (3 meses);

14.1.5.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (6 meses);

14.1.5.4. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (9 meses)

- 14.1.5.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (12 meses);
- 14.1.5.6. Dar causa à inexecução total do contrato (18 meses);
- 14.1.5.6.1. Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que implique não cumprimento injustificado das obrigações contratuais assumidas pela empresa contratada, seja total ou parcial.
- 14.1.5.6.2. Será considerada grave, entre outras hipóteses, a inexecução parcial que resulte no desabastecimento de insumos e medicamentos ou descontinuidade de serviços da rede municipal de saúde, inclusive a ausência de entrega da totalidade de equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos serviços das unidades de saúde.
- 14.1.5.6.3. Considera-se não manutenção da proposta;
- 14.1.5.6.3.1. A ausência do seu envio;
- 14.1.5.6.3.2. A recusa do seu detalhamento, quando exigido;
- 14.1.5.6.3.3. O pedido de desclassificação de sua proposta, quando encerrada a fase competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha por culpa exclusiva da Administração ou decorra de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos do cumprimento dos seus termos.
- 14.1.5.6.4. Considera-se a não celebração do contrato quando a empresa desiste de formalizar o contrato ou aditivo.
- 14.1.5.6.5. Considera-se retardar a execução do objeto a ação ou omissão que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento ou atrase a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços.
- 14.1.5.6.6. Em caso de reincidência, os prazos previstos nos subitens: 14.1.5.1, 14.1.5.2, 14.1.5.3, 14.1.5.4, 14.1.5.5 e 14.1.5.6 serão aumentados até o dobro, observada a limitação constante no próximo subitem.
- 14.1.5.6.7. O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.
- 14.1.6. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:
- 14.1.6.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (36 meses);
- 14.1.6.2. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (48 meses); III - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (48 meses);
- 14.1.6.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (48 meses);
- 14.1.6.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (60 meses)
- 14.1.6.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (60 meses)
- 14.1.6.5.1 - Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.
- 14.1.6.5.2 - Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal;
- 14.1.6.5.3 - A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida da emissão de parecer pelo Procurador do Município.

14.1.6.5.4 - A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas no art. 15, pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.

14.1.6.5.5 - O prazo da sanção será acrescido de 3 (três) meses nos casos em se verificar que a conduta ilícita do infrator foi determinante para desabastecimento de insumos e medicamentos ou descontinuidade de serviços da rede municipal de saúde.

14.1.6.5.6 - O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

## 15. DO TERMO DE CONTRATO, DA EXECUÇÃO CONTRATUAL E DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA

15.1. Assinada e publicada a Ata de Registro de Preços, será elaborado o Termo Contratual quando for o caso, em favor do (s) licitante (s) vencedor(es), o qual será(ão) convocado(s) para assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, referente a prestação de serviço e conterà, necessariamente, as condições já especificadas neste ato convocatório, do qual fará parte, independente de transcrição, o presente edital que observará os termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.251/2023, Decreto Municipal nº 10.372/2023, Decreto Municipal 10.445/2023, alterado pelo Decreto Municipal Nº 10.563/2024, Decreto Municipal nº 10.541/2024, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e demais normas aplicáveis e condições constantes em edital.

15.1.1. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **Fundo Municipal de Saúde**.

15.1.2. Se a (s) licitante (s) vencedora (s) recusar (em)-se a assinar (em) o (s) contrato (s) no prazo de 05 (cinco) dias sem justificativa por escrito aceita pela Autoridade Superior, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o(s) contrato(s), e assim sucessivamente. Nesse caso, sujeita-se à licitante vencedora, às penalidades aludidas no Item 11 deste Edital.

15.2. Quaisquer condições apresentadas pela licitante vencedora em sua proposta, se pertinentes, poderão ser acrescentadas ao contrato a ser assinado desde que compatíveis com os dispositivos legais e com as condições deste Edital.

15.3. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme disposto na Lei nº. 14.133/2021.

15.4. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021, com vigência a partir da assinatura, com eficácia condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal da Transparência do Município, além da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme art. 107 e art. 94, da Lei 14.133/21., tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, desde que seja comprovada a eficiência e a vantajosidade quanto aos preços e condições praticadas.

## 16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio* cel.smsjp@gmail.com

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente da contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 17. DA DESPESA

17.1. Por se tratar de Registro de Preços informo que, conforme previsto no parágrafo único, do art. 73 do Decreto Municipal nº 10.445, de 13 de novembro de 2023, a dotação orçamentária somente será exigida para efetivação da contratação.

## 18. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

18.1. Aos casos omissos, aplicar-se-ão as demais disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 10.372/2023, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pelas demais normas aplicáveis condições constantes em edital.

18.2. O **Fundo Municipal de Saúde** poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, devendo tal modificação ser divulgada pelo mesmo instrumento, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.3. O PROPONENTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do PROPONENTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão da Ata, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

18.4. É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, solicitando documentos originais ou certidões emitidas por órgão competentes.

18.5. Os PROPONENTES intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

18.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os PROPONENTES, desde que não comprometam o interesse do **Fundo Municipal de Saúde**, a finalidade e a segurança da contratação.

18.7. As decisões referentes a este Pregão poderão ser comunicadas aos PROPONENTES por qualquer meio de comunicação, inclusive o eletrônico, que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial.

18.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a).

18.9. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.11. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.12. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.13. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.14. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.15. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.16. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.17. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.18. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://transparencia.joaopessoa.pb.gov.br/#/licitacoes>.

## 19. DOS ANEXOS

19.1. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO III – Minuta de Contrato;

## 20. DO FORO

20.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Vara da Fazenda Pública, no Foro da cidade de João Pessoa/PB, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, Inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

João Pessoa, 30 de janeiro de 2026

**Valquíria Silva de Araújo**

Agente de Contratação

**SMS-JP**



**Licitação destinada à  
AMPLA CONCORRÊNCIA**

### INSTRUÇÃO PARA ENVIO DA PROPOSTA NO SISTEMA:

Para o envio da proposta no sistema, **deve-se considerar como valor unitário, o valor unitário anual de uma motolância**, conforme o exemplo abaixo:

Obs.: *Os valores são fictícios, apenas para exemplificação.*

Para o item 01:

- Valor proposta por unidade = R\$ 100,00;
- Valor para envio da proposta como unitário no sistema = R\$ 100,00 x 12 meses = **R\$ 1.200,00**;
- Valor total da proposta = R\$ 1.200,00 x 1 (quantidade solicitada) = R\$ 1.200,00.

Para o item 02:

- Valor proposta por unidade = R\$ 100,00;
- Valor para envio da proposta como unitário no sistema = R\$ 100,00 x 12 meses = **R\$ 1.200,00**;
- Valor total da proposta = R\$ 1.200,00 x 10 (quantidade solicitada) = R\$ 12.000,00.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

**TERMO DE REFERÊNCIA - TR**

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MOTOLÂNCIAS E VEÍCULO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA, DESTINADO AO SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA, em conformidade com as condições e especificações abaixo discriminadas:

**1. DECLARAÇÃO DO OBJETO**

AMPLA CONCORRÊNCIA							
ITEM	QUANT.	UNID.	CATMAT (CATSER)	PRODUTOS/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ FABRICANTE	V_UNIT. R\$	V_TOTAL R\$
01	01	UNID.	-	LOCAÇÃO DE <b>VEÍCULO INTERVENÇÃO RÁPIDA (VIR)</b> 4X4 UTILITÁRIO DE CARGA, CATEGORIA PICAPE MÉDIA COM CAÇAMBA ABERTA. ADESIVADAS NO PADRÃO SAMU 192.	XXXX	XXXX	XXXX
02	10	UNID.	-	LOCAÇÃO DE <b>MOTO-LÂNCIA</b> , MODELO TRAIL ADVENTURE, MÍNIMA 300cc, ADESIVADA NO PA-DRÃO SAMU 192	XXXX	XXXX	XXXX
<p>Locação de Veículo Utilitário VIR (Veículo de Intervenção Rápida) que atende as portarias do ministério da saúde, n.º 1.010/2012/SAS/MS e 1.473/2013/SAS/MS</p> <p>Locação de Motolâncias regulamentado pela Portaria GM/MS nº 2.971, de 8 de dezembro de 2008, que incorporou as motocicletas como recurso móvel integrado à frota do SAMU 192, visando ao atendimento rápido em situações de urgência.</p>							

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

1.1. Descritivo:

Obs.: As propostas deverão ter como base de cálculo o valor dos 12 meses.

- 1.2. O objeto da licitação tem natureza de serviço comum, não se enquadrando como bens de luxo, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal 10.252/2023, pois os padrões de desempenho e qualidade encontram-se objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.
- 1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 1.4. A especificação técnica dos veículos listados na tabela acima consta no anexo I.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A prestação de serviços de urgência e emergência médica pré-hospitalar pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) tem como premissa a rápida resposta a ocorrências que envolvem risco de vida, visando a preservação da vida e a minimização de sequelas em pacientes em situação crítica. No entanto, a eficácia desse atendimento pode ser comprometida pela indisponibilidade de meios de transporte adequados, capazes de garantir a chegada célere de profissionais altamente capacitados ao local da ocorrência.
- 2.2. Dentre os principais desafios enfrentados pelo SAMU 192 Regional de João Pessoa, destaca-se a necessidade de otimizar o tempo-resposta em atendimentos de alta complexidade, nos quais a presença rápida de uma equipe no local pode ser determinante para o sucesso da intervenção. A indisponibilidade de Motolâncias e de Veículo de Intervenção Rápida (VIR) adequado compromete a capacidade operacional do serviço, dificultando a execução de protocolos médicos avançados antes da chegada de uma Unidade

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

de Suporte Avançado (USA). A inserção de Motolâncias atende a Portaria GM/MS nº 2.971, de 8 de dezembro de 2008, que incorporou as motocicletas como recurso móvel integrado à frota do SAMU 192, visando ao atendimento rápido em situações de urgência. O uso de motolâncias permite que os socorristas cheguem mais rapidamente ao local da ocorrência, reduzindo o tempo de resposta e garantindo a prestação dos primeiros socorros de forma eficiente. Em muitos bairros de João Pessoa, há ruas estreitas, comunidades com difícil circulação de veículos de grande porte e locais turísticos que atraem grande fluxo de pessoas, como o litoral e o centro histórico, a mobilidade destas facilita o acesso a essas regiões, garantindo que o atendimento de urgência chegue ao paciente o mais rápido possível. Casos como parada cardiorrespiratória, traumas graves, crises convulsivas e acidentes de trânsito exigem intervenção rápida. As motolâncias, operadas por profissionais treinados, permitem iniciar manobras de suporte básico de vida (SBV) antes da chegada da ambulância, aumentando as chances de sobrevivência do paciente. As motolâncias não substituem as ambulâncias, mas funcionam como unidades de apoio, prestando assistência inicial enquanto a viatura de transporte se desloca para o local. Isso melhora a gestão dos recursos do SAMU 192 João Pessoa, garantindo que as ambulâncias sejam direcionadas para os casos que realmente necessitam de transporte hospitalar. A cidade de João Pessoa recebe diversos eventos ao longo do ano, como festividades culturais, religiosas e esportivas, que aumentam a demanda por atendimentos emergenciais. Em locais com grande fluxo de pessoas e vias congestionadas, as motolâncias possibilitam um deslocamento rápido e eficiente dos socorristas. O aumento da demanda por atendimentos emergenciais pode sobrecarregar a frota de ambulâncias. As motolâncias atuam como um reforço estratégico, ajudando a manter o tempo de resposta dentro dos padrões adequados, sem comprometer a disponibilidade das unidades móveis. A inserção de Veículo de Intervenção rápida (VIR), atende ao requisito da portaria 1.010/2012/SAS/MS, que integra o VIR como componente da frota do SAMU 192. Este serão empregados em atendimentos emergenciais em áreas de difícil



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

acesso, como praias, ladeiras, ruelas e terrenos irregulares, onde ambulâncias convencionais podem enfrentar dificuldades de deslocamento e para a constatação de óbitos, permitindo que a Unidade de Suporte Avançado (USA) permaneça disponível para outras ocorrências de maior complexidade, reduzindo o tempo de espera dos chamados e otimizando os recursos disponíveis. Além disso, este veículo é utilizado como estratégia de conduzir uma equipe médica avançada, **QUE NÃO SEJA NECESSÁRIO UTILIZAR UM VEÍCULO AMBULÂNCIA**, para dar suporte médico as equipes de suporte básico de vida, motolâncias e socorro médico em unidade de saúde sem médico em toda região Metropolitana de João Pessoa e conduzir equipe médica para o Aeroporto de Bayeux para assumirem o Helicóptero do Grupo Tático Avançado da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba.

- 2.3. A demanda por serviços de emergência em João Pessoa tem crescido, especialmente em decorrência do aumento populacional, do crescimento urbano e do impacto de fatores como acidentes de trânsito, emergências clínicas e traumas. Nesse contexto, a contratação de uma empresa especializada na locação de Motolâncias e Veículo de Intervenção Rápida (VIR) torna-se essencial para a garantia da eficiência do SAMU, assegurando que o serviço público cumpra sua função social e atenda adequadamente à população.
- 2.4. A locação de Motolâncias e Veículo de Intervenção Rápida (VIR) atende diretamente ao interesse público, pois proporciona:
- 2.4.1. Redução do tempo de resposta em emergências, pois permite a chegada antecipada de equipe profissional ao local da ocorrência, possibilitando intervenções imediatas que aumentam as chances de sobrevivência e minimizam sequelas.
- 2.4.2. Otimização dos recursos do SAMU 192: Com o suporte destes, as Unidades de Suporte Avançado (USA) podem ser direcionadas de forma mais estratégica, garantindo o atendimento de maior número de ocorrências com eficiência.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- 2.4.3. Atendimento qualificado e humanizado: Possibilita a aplicação de protocolos médicos especializados antes mesmo da chegada da ambulância, garantindo um atendimento mais rápido e eficaz à população.
- 2.4.4. Maior disponibilidade operacional: Assegura a constante renovação da frota e a manutenção adequada dos equipamentos, evitando a ociosidade do serviço por falhas mecânicas.
- 2.4.5. Cumprimento dos princípios da Administração Pública: A contratação da locação garante eficiência, economicidade e continuidade do serviço, em conformidade com o artigo 18, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021 e o artigo 8º, § 1º, inciso I do Decreto nº 10.541/PMJP.

Dessa forma, a locação de Motolâncias e Veículo de Intervenção Rápida (VIR) para o SAMU 192 Regional de João Pessoa representa uma medida estratégica e indispensável para a qualificação do atendimento emergencial, promovendo um serviço público eficiente, ágil e seguro para a população.

Acrescenta-se que a presente contratação decorre da reabertura do Pregão Eletrônico nº 13.083/2025, anteriormente anulado por motivos administrativos, sendo o novo certame instaurado com o objetivo de assegurar a continuidade do atendimento à demanda da Administração, observadas as devidas adequações formais e legais necessárias à regularidade do procedimento.

### **3. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso.
- 3.2. O caráter sigiloso será adotado tendo em vista que quando da adoção do orçamento sigiloso, as empresas licitantes apresentarão sua proposta com base em suas próprias estimativas de custos, deixando de usar a referência de preços que a Administração disponibiliza para maximizar seus lucros quando o preço real do objeto seja inferior, garantindo para a administração propostas mais vantajosas.

### **4. DA JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- 4.1. Utilizar-se-á o Sistema de Registro de Preços, pois o presente instrumento será custeado por recursos no corrente exercício financeiro. Tal fundamentação se resguarda em disposição do art. 67, inciso VI, do Decreto Municipal 10.445/2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.563/2024, a saber:

*Art. 67 - O Sistema de Registro de Preços será adotado preferencialmente:*

*(...)*

*VI – ... ou diante da possibilidade de percepção de recursos oriundos de transferência voluntária para finalidade específica.*

*(...).*

- 4.2. Poderá haver a renovação dos quantitativos registrados na ata de registro de preço, até o limite do quantitativo original, conforme art. 78, do Decreto Municipal 10.445/2023.

## **5. DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO**

- 5.1. As Unidades de Suporte Básico (USB) atendem exclusivamente ao município de João Pessoa, enquanto as Unidades de Suporte Avançado (USA) possuem abrangência que contempla toda a Grande João Pessoa, incluindo os municípios de Bayeux, Santa Rita, Conde, Lucena e Cabedelo, conforme previsto na regulamentação do SAMU Metropolitano e no Termo de Cooperação Intermunicipal para o Grande João Pessoa, que permite a expansão do atendimento assistencial em situações de urgência.
- 5.2. Além disso, há um Termo de Pactuação em vigor entre o SAMU 192 João Pessoa e a Polícia Rodoviária Federal (PRF), que permite o atendimento nas rodovias federais (BRs) da região por meio de uma ambulância de suporte intermediário de vida. Nesse contexto, o apoio das motolâncias é vital para garantir tempo-resposta reduzido, triagem inicial eficiente e suporte ágil enquanto a ambulância desloca-

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA

se para o local da ocorrência.

- 5.3. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e inciso IV, do § 1º do art. 8º do Decreto 10.541 PMJP). Segue conforme tabela a seguir:

ITEM	QTD.	MESES	UNID.	DESCRIÇÃO
01	1	12	UNID.	LOCAÇÃO DE VEÍCULO INTERVENÇÃO RÁPIDA (VIR) 4X4 UTILITÁRIO DE CARGA, CATEGORIA PICAPE MÉDIA COM CAÇAMBA ABERTA. ADESIVADAS NO PADRÃO SAMU 192.
02	10	12	UNID.	LOCAÇÃO DE MOTOLÂNCIA, MODELO TRAIL ADVENTURE, MÍNIMA 300cc, ADESIVADA NO PADRÃO SAMU 192

- 5.4. Atualmente o SAMU192 REGIONAL JOÃO PESSOA conta com **8 (oito) motolâncias**, sendo 7(sete) operacionais em uso contínuo e 1(um) como reserva técnica e contava com 2 (dois) Veículos de intervenção rápida (VIR). Contudo, os contratos vigentes atingiram seu limite legal de vigência, tornando-se necessário iniciar novo processo de contratação. Faz-se necessário uma nova contratação para **10 (dez) motolâncias e 1 (um) Veículo de intervenção (VIR) rápida**.
- 5.5. A proposta de contratação de 10 motolâncias se baseia de acordo com a Portaria GM/MS nº 1.939, de 23 de novembro de 2023, onde o SAMU Metropolitano de João Pessoa possui habilitação das seguintes unidades:
- 04 USA: 7059434, 7059485, 7059620, 7061269.
  - 10 USB: 7061420, 7061463, 7061544, 7061765, 7061897, 7061994, 7065434, 7065590, 7065655, 7067437.
- O Parâmetro técnico da Portaria GM/MS nº 2.971/2008, especifica:
- 1 motolância para cada USA;
  - 1 motolância para cada 2 USB.
- Resultado considerando o parâmetro técnico:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

<b>Tipo de Unidade</b>	<b>Qtde Habilitada</b>	<b>Proporção Técnica</b>	<b>Motolâncias Recomendadas</b>
USA	4	1 por USA	4
USB	10	1 para cada 2 USB	5
<b>Total Técnico</b>	—	—	<b>9</b>

- Proposta de reserva técnica de 1 motolância, totalizando **10 unidades**.

5.6. Um comparativo operacional e dimensional técnico, considerando a portaria GM/MS Nº 2.971/2008, pode ser visto no quadro a seguir:

<b>ELEMENTO</b>	<b>SITUAÇÃO ATUAL</b>	<b>SITUAÇÃO PROPOSTA</b>	<b>DIFERENÇA</b>
Motolâncias em operação	07	09	+02
Motolâncias de reserva técnica	01	01	0
Total geral	08	10	+02
Cobertura técnica mínima	Parcial (88%)	Plena (100%)	—
Cobertura reserva	Satisfatória	Satisfatória	—

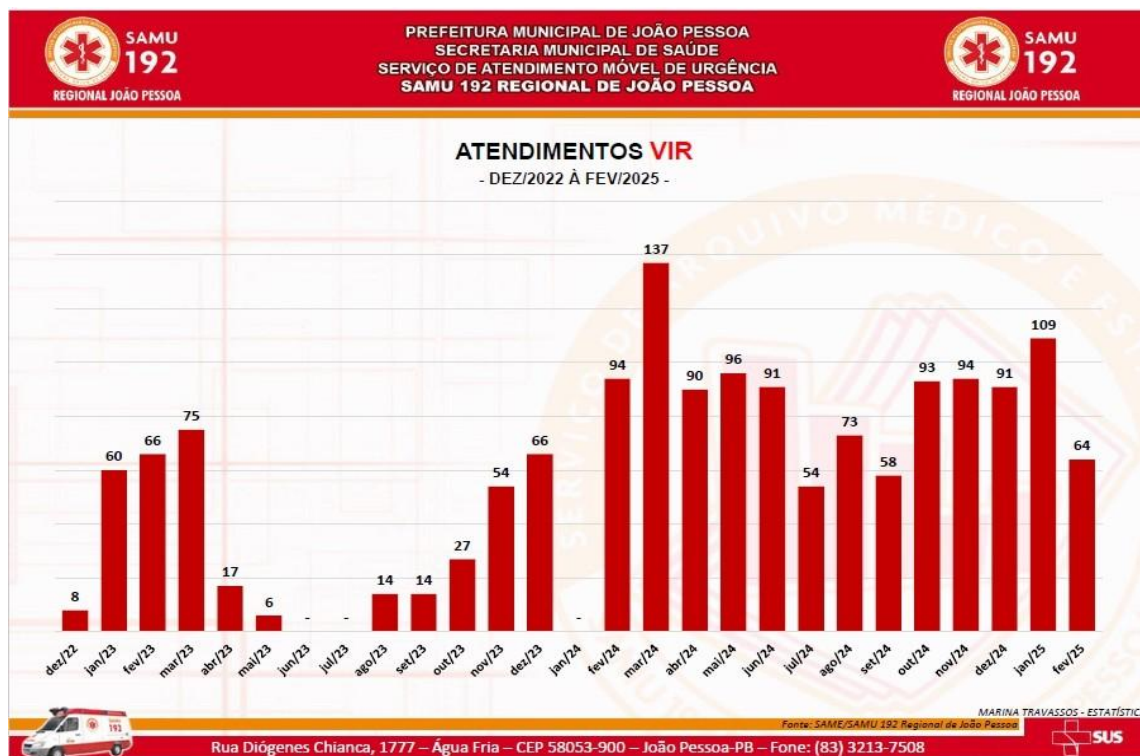
- 5.7. A ampliação visa corrigir uma subcobertura histórica, garantindo a conformidade com os parâmetros técnicos e administrativos, alinhado com a portaria GM/MS Nº 2.971/2008 que define o quantitativo de motolâncias proporcional às ambulâncias habilitadas, onde atualmente, o serviço está operando abaixo do ideal técnico mínimo.
- 5.8. A portaria GM/MS Nº 958/2023 atualizou os valores de custeio e manutenção das unidades móveis e centrais de regulação.
- 5.9. A inserção de 1 (um) veículo de intervenção rápida (VIR) atende as portarias do ministério da saúde, n.º 1.010/2012/SAS/MS e 1.473/2013/SAS/MS. Este veículo é utilizado como estratégia de conduzir uma equipe médica avançada, QUE NÃO SEJA NECESSÁRIO UTILIZAR UM VEÍCULO AMBULÂNCIA, para dar suporte médico as equipes de suporte básico de vida, motolâncias e socorro médico em unidade de saúde sem médico em toda região Metropolitana de João Pessoa composta pelos Municípios de Bayeux, Cabedelo, Santa Rita e Conde e conduzir



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

equipe médica para o Aeroporto de Bayeux para assumirem o Helicóptero do Grupo Tático Avançado da Secretaria de Segurança Pública da Paraíba.

5.10. Levantamento de uso da Viatura de Intervenção rápida (VIR) no SAMU Regional de João Pessoa é apresentado no gráfico a seguir.



5.11. A análise dos atendimentos realizados pelo VIR do SAMU João Pessoa entre dez/2022 e fev/2025 demonstra uma demanda mensal moderada, com média em torno de 60 a 70 ocorrências. Embora haja picos pontuais, como em março/2024 (137 atendimentos), o volume geral é compatível com a atuação de apenas uma unidade. Assim, a contratação de 01 VIR é suficiente para garantir a continuidade e eficiência do serviço, com base no histórico operacional e na otimização dos recursos públicos.

## 6. DESTINAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

6.1. O objeto contratual será destinado para atender ao SAMU João Pessoa, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, conforme endereço que se segue:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

<b>Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS)</b>	<b>Endereço</b>
SAMU JOÃO PESSOA	R. Diógenes Chianca - Água Fria, João Pessoa - PB, 58073-480

**7. CONDIÇÕES DE GUARDA E ARMAZENAMENTO**

- 7.1. O espaço físico em que será alocado o objeto contratual, será na base central do SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, situada à Av. Diógenes Chianca nº 1777 Água fria – João Pessoa CEP: 58.053-900 em garagem apropriada que impede a deterioração deste, conforme exigência do art. 40, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

**8. DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 8.1. O objeto da licitação deverá ser entregue no SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, situada à Av. Diógenes Chianca nº 1777 Água fria – João Pessoa.
- 8.2. **O Horário de entrega deverá ocorrer no período de 08:30h às 12:00h e 13:00h às 17:00h, de Segunda à sexta-feira.**
- 8.3. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após o recebimento definitivo das motolâncias e do VIR (Veículo de Intervenção Rápida), objetos deste certame, a partir de quando será computado o início da locação destes.
- 8.4. A contratada terá o prazo de 30 dias corridos, a contar da data da emissão da nota de empenho, para efetuar a entrega do veículo locado.
- 8.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 8.6. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 8.7. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 8.7.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os objetos, por meio

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela entrega, com a finalidade de verificar a adequação destes conforme licitado.

- 8.8. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a nota de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.10. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal do contrato deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições.
- 8.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 8.14. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório do objeto, o Gestor/fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as diretrizes.
- 8.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- 8.16. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do serviço prestado, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.18. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 8.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **9.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 9.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.3. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital;
- 9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.3. A CONTRATANTE arcará com as despesas de multas de trânsito, combustível, pedágio, estacionamento e lavagem dos veículos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA

- 9.4. A CONTRATANTE será responsável pelo cumprimento das normas sanitárias relativas à operação dos veículos, obtenção e manutenção das autorizações sanitárias pertinentes, incluindo Alvará Sanitário e Certificado de Vistoria de Veículo – CVV, quando aplicáveis.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade, número do Pregão; número da nota de Empenho; local de Entrega; laudo de Controle de Qualidade, se for o caso.
  - 10.1.1.1. O *objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.*
  - 10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 10.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 10.1.4. Comunicar à Contratante, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 10.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
  - 10.1.7. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega de produto, tais como: a) salários; b) seguros de acidente; c) taxas, impostos e contribuições; d) indenizações; e) vales-



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

refeição; f) vales-transporte; e g) outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

- 10.1.8. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Secretaria Municipal de Saúde;
- 10.1.8.1. A Contratada deverá prover treinamentos para as equipes técnicas do contratante sobre os materiais, para o seu correto manuseio, caso necessário.
- 10.2. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.3. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.4. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 10.6. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 10.7. Os serviços serão executados mediante a disponibilização das Motolâncias e Veículo de intervenção rápida na Sede do SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA, com dedicação exclusiva e de forma ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, durante a vigência da contratação.
- 10.8. Os veículos destinados à prestação do serviço deverão conter sistema de GPS integrado, para garantir agilidade nos atendimentos e monitoramento por parte da contratante.
- 10.9. Os veículos deverão sempre estar em perfeito estado de conservação, inclusive

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

quanto à mecânica, carroceria e acomodações, equipamentos de segurança e tráfego previstos na legislação; possuir documentação totalmente regularizada e estar licenciada em nome da empresa que vier a ser contratada.

- 10.10. A contratação dos serviços será por quilometragem livre;
- 10.11. Os veículos locados deverão ser 0 (zero) Km.
- 10.12. Os veículos deverão ter cobertura de seguro por conta da locadora, que deverá ser válido durante todo o período de vigência do Contrato e em território nacional, da seguinte forma:
- 10.12.1. cobertura para cada veículo, seguro de vida, seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, danos materiais e danos corporais, sem franquias e responsabilidades para a Contratante.
- 10.13. A manutenção dos veículos ocorrerá por conta da contratada, inclusive substituição de peças, pneus e acessórios.
- 10.14. Os veículos deverão ser entregues devidamente caracterizados, conforme modelo a ser fornecido pelo SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA, após a emissão da Nota de Empenho. As despesas relacionadas à identificação visual dos veículos ocorrerão às custas da CONTRATADA.
- 10.15. Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões (acidente, tramites burocráticos junto ao DETRAN ou legalização, manutenção, etc.), a CONTRATADA deverá substituir o veículo avariado/acidentado ou que, a juízo da Administração, não esteja em perfeitas condições de utilização em serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação feita pela Administração, por veículo reserva de características idênticas.
- 10.16. Na hipótese de não ocorrer a sua substituição no prazo assinalado, as despesas eventualmente arcadas pelo SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA com o deslocamento dos usuários para os locais de destino, serão cobradas multa contratual, sem prejuízo de indenização pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros.
- 10.17. Todas as manutenções preventivas e corretivas ficam sob responsabilidade da CONTRATADA.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA

10.18. O veículo estará em constante avaliação quanto as normas pertinentes, em especial as já mencionadas neste instrumento.

10.19. No ato da entrega:

10.19.1. A documentação do veículo deverá constar no nome da empresa Contratada, não sendo permitida sublocações.

## 11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. NÃO será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11.2. A subcontratação apenas se mostra cabível quando o objeto a ser licitado comporta execução complexa, de modo que alguma fase/ etapa/ aspecto requeira a participação de terceiros em razão dos princípios da especialização e da concentração das atividades, o que não é o caso. Por essa razão, resta vedada a subcontratação, ainda que parcial.

## 12. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.1. NÃO haverá cota exclusiva/ reservada para Microempresas ou empresas de pequeno porte.

12.2. Não será exigida a participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, em caráter exclusivo ou através de cotas reservadas, porque – além de se tratar de faculdade à disposição da municipalidade, e não de imposição – o serviço vertente deve ser executado de maneira célere, velocidade que pode ser obstaculizada se for imposta a previsão do art. 48, II, da Lei Complementar Federal 123/06. Afora isso, a reserva de cota prevista no art. 48, III, da LC 123/06, tem aplicação restrita às aquisições de bens de natureza divisível, sendo inaplicável às contratações de serviços.

## 13. DA JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

13.1. Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio. Como

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

sabido, a participação de empresas consorciadas tem por fundamento ampliar a competitividade, notadamente em licitações que envolvam objeto complexo, de grande vulto ou diante das circunstâncias de mercado.

Ou seja, para que seja permitida a participação de consórcios, faz-se necessário que o objeto contratual seja complexo, de grande vulto ou, ainda, que seja uma prática de mercado.

Por outro lado, o consórcio pode cercear a competitividade entre os licitantes, uma vez que reduz o universo de disputa, notadamente porque – caso não fosse permitida a reunião das empresas – estas concorreriam entre si.

In casu, o objeto não é complexo, nem de grande vulto e também não há prática de mercado a exigir a participação de empresas em consórcios, motivo pelo qual se veda tal expediente no presente certame.

**14. DO PRAZO DE VALIDADE/ PRAZO DE GARANTIA**

- 14.1. Por se tratar de serviços de locação de Motolâncias e VIR (Veículo de Intervenção Rápida), toda responsabilidade do objeto entregue é da contratada.
- 14.2. Neste caso, não se aplica prazo de validade e nem garantia, pelo motivo de que todos os componentes que compõe o objeto licitado terão seus serviços com cobertura total até vencimento do contrato.

**15. DA GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E ATESTO**

- 15.1. A gestão do contrato será realizada por Lídia Maria Barbosa Gadelha Holanda, Coordenadora Geral, SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA.
- 15.2. O atesto e a fiscalização do contrato será realizada pela comissão representante da instituição beneficiária, conforme lista a seguir:

<b>Estabelecimento Assistencial de Saúde (EAS)</b>	SAMU192 REGIONAL JOÃO PESSOA
<b>Nome do Representante (Fiscal)</b>	<b>Cargo / Matrícula</b>

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA

Alexandre da Silva Calixto	Coordenador de Transportes <b>66.698-3</b>
----------------------------	---

- 15.3. Caberá ao gestor do contrato realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, consoante dicção do artigo 19, IX da Lei Municipal nº 14.781/2023.
- 15.4. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou comissão designada pela autoridade competente, conforme artigo 23, caput, da aludida Lei Municipal.
- 15.5. Conforme o decreto 10.535/2023, informamos que o gestor do contrato é servidor ocupante de cargo integrante da estrutura permanente da Administração Pública (art. 7º, §1º). Ademais, os gestores e fiscais designados serão formalmente cientificados acerca dos contratos.

## 16. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

- 16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.
- 16.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal.
- 16.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do **recebimento definitivo** do serviço, conforme definido neste Termo de Referência.
- 16.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.
- 16.5. Antes de cada pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 16.5.1. Constatada a situação de irregularidade do CONTRATADO, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

- 16.5.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 16.5.3. Persistindo a irregularidade, como medida de cautela, a Administração poderá suspender a execução do contrato e determinar a limitação de empenho, conforme art. 45 da Lei Federal nº 9.784/99.
- 16.5.4. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 16.5.5. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual;
- 16.5.6. Será rescindido o contrato em execução com a contratada que não possuir regularidade fiscal, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 16.7. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, semprejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 16.7.1. não produziu os resultados acordados;

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- 16.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.8. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.
- 16.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124, II, d, da Lei 14.133/21.

## **17. DA REVISÃO DOS PREÇOS**

- 17.1. A revisão fica sujeita à existência de planilha de custos apresentada juntamente com a proposta.
- 17.2. A Contratada deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo as parcelas relativas a todos os insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.
- 17.3. A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará à unidade administrativa a proceder a futuras revisões de preços, caso venha a contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro.
- 17.4. A cada pedido de revisão de preço deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.
- 17.5. A critério da Administração Municipal poderá ser exigida da CONTRATADA lista de preços expedida pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- 17.6. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.
- 17.7. A revisão do preço terá validade a partir da data da solicitação, desde que aprovada pela autoridade competente.
- 17.8. É vedado à Contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Contrato.
- A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

**18. REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO**

- 18.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 18.1.1. Considera-se data do orçamento estimado a data em que os dados de pesquisa de preço foram juntados aos autos do processo de contratação.
- 18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 18.2.1. A escolha do índice IPCA/IBGE como índice para reajuste contratual justifica-se por se tratar do principal indicador oficial da inflação no país, amplamente reconhecido e utilizado pela Administração Pública e pelo mercado em geral. Calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o IPCA reflete a variação dos preços ao consumidor, proporcionando uma atualização justa e transparente dos valores contratuais, com base na

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo do tempo.
- 18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **19. DA DOCUMENTAÇÃO**

- 19.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 19.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 19.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 19.3.1. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá possuir atividade econômica compatível com o objeto licitado que poderá ser comprovada pelo Contrato Social vigente ou pelo código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE utilizado pelos órgãos da administração tributária.
- 19.3.2. Deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica ou outros documentos idôneos fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA

privado que comprovem a aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, saber:

- 19.3.2.1. **Quantidade:** no mínimo, 40% (vinte e cinco por cento) da quantidade do objeto licitado;
- 19.3.2.2. **Prazo:** no máximo, 20% (vinte por cento) superior ao prazo de entrega do objeto licitado.
- 19.3.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

## 20. DA EXIGÊNCIA DE CATÁLOGO/FOLDER

- 20.1. O catálogo e/ou folder (ofertado em português com informações que permitam identificar as características técnicas do produto ofertado) serão exigidos somente ao licitante provisoriamente em primeiro lugar. Assim, se a catálogo e/ou folder referente ao objeto do licitante provisoriamente colocado em primeiro lugar for rejeitado pela Administração, será necessário convocar o segundo colocado e ofertar-lhe novo tempo para fornecimento de seu catálogo e/ou folder.

## 21. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 21.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021, com vigência a partir da assinatura, com eficácia condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal da Transparência do Município, além da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme art. 107 e art. 94, da Lei 14.133/21., tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, desde que seja comprovada a eficiência e a vantajosidade quanto aos preços e condições praticadas.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.1.1. Advertência;

22.1.2. Multa;

22.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração

22.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.2.1. a natureza e a gravidade de infração cometida;

22.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

22.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

22.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

22.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.2.6. os antecedentes da licitante ou contratada.

22.3. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024, poderão ser aplicadas as penalidades do item 17.1, conforme abaixo:

22.3.1. A penalidade de advertência será aplicada na hipótese de inexecução contratual parcial, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

22.3.1.1. O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- 22.3.1.2. Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.
- 22.3.2. A penalidade de multa decorre do cometimento de infrações na relação em fase licitatória ou contratual, e será aplicada, nas hipóteses e nos seguintes percentuais:
- 22.3.2.1. 25% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial;
  - 22.3.2.2. 30% (trinta por cento) sobre a parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - 22.3.2.3. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.
  - 22.3.2.4. Para fins de aplicação da multa compensatória prevista neste artigo, considerar-se-á absolutamente inadimplido o contrato quando verificado o atraso injustificado superior a 40 (quarenta) dias no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada.
  - 22.3.2.5. Será considerada grave, entre outras hipóteses, a inexecução parcial que resulte no desabastecimento de bens e medicamentos ou descontinuidade de serviços da rede municipal de saúde, inclusive a ausência de entrega da totalidade de bens, insumos e serviços indispensáveis ao funcionamento dos serviços das unidades de saúde.
- 22.3.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:
- 22.3.3.1. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (3 meses);
  - 22.3.3.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame (3 meses);
  - 22.3.3.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (6 meses);
  - 22.3.3.4. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (9 meses);

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- 22.3.3.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (12 meses);
- 22.3.3.6. dar causa à inexecução total do contrato (18 meses).
- 22.3.3.7. Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que implique não cumprimento injustificado das obrigações contratuais assumidas pela empresa contratada, seja total ou parcial.
- 22.3.3.8. Será considerada grave, entre outras hipóteses, a inexecução parcial que resulte no desabastecimento de insumos e medicamentos ou descontinuidade de serviços da rede municipal de saúde, inclusive a ausência de entrega da totalidade de equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos serviços das unidades de saúde.
- 22.3.3.9. Considera-se não manutenção da proposta:
- 22.3.3.9.1. ausência do seu envio;
- 22.3.3.9.2. a recusa do seu detalhamento, quando exigido;
- 22.3.3.9.3. o pedido de desclassificação de sua proposta, quando encerrada a fase competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha por culpa exclusiva da Administração ou decorra de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos do cumprimento dos seus termos.
- 22.3.3.10. Considera-se a não celebração do contrato quando a empresa desiste de formalizar o contrato ou aditivo.
- 22.3.3.11. Considera-se retardar a execução do objeto a ação ou omissão que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento ou atrase a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços.
- 22.3.3.12. Em caso de reincidência, os prazos previstos nos incisos do caput deste artigo serão aumentados até o dobro, observada a limitação constante do parágrafo seguinte.
- 22.3.3.13. O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.
- 22.3.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

- 22.3.4.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (36 meses);
  - 22.3.4.2. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (48 meses);
  - 22.3.4.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (48 meses);
  - 22.3.4.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (60 meses);
  - 22.3.4.5. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (60 meses).
  - 22.3.4.6. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.
  - 22.3.4.7. Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal.
  - 22.3.4.8. A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida da emissão de parecer por Procurador do Município.
  - 22.3.4.9. A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas no art. 15, pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.
  - 22.3.4.10. O prazo da sanção será acrescido de 3 (três) meses nos casos em se verificar que a conduta ilícita do infrator foi determinante para desabastecimento de insumos e medicamentos ou descontinuidade de serviços da rede municipal de saúde.
  - 22.3.4.11. O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 22.4. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

- 22.4.1. 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas no art. 15, da MP nº 51/2024, da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024.
- 22.4.2. 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas no art. 16, da MP nº 51/2024, da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024.
- 22.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor inadimplido, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.
  - 22.5.1. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:
    - 22.5.1.1. Alteração formal do projeto ou especificações pela Administração;
    - 22.5.1.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
    - 22.5.1.3. Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem formal e no interesse devidamente registrado da Administração;
    - 22.5.1.4. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
    - 22.5.1.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
    - 22.5.1.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente e comprovadamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
  - 22.5.2. Após 40 dias de atraso, caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão do contrato.

- 22.5.3. Rescindido o contrato na forma do parágrafo anterior, será aplicada a multa compensatória disciplinada no art. 9º desta Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024, não cumulada com a multa moratória prevista neste artigo, sem prejuízo de outras sanções previstas nesta lei.
- 22.5.4. A incidência da multa prevista neste artigo não impedirá que a Administração busque o cumprimento forçado e imediato da obrigação, quando verificado grave risco ao interesse público, de acordo com manifestação da área técnica.
- 22.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 22.7. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 22.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, consoante artigo 22, da MP nº51/2024, da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024.
- 22.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no artigo 15, da MP nº 51/2024, da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 22.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no artigo 16, da citada Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024, bem como pelas infrações administrativas previstas no artigo 15 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 16, da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024.
- 22.11. Constatada a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Lei Ordinária

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

Municipal nº 15.273/2024, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão ou setor que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 22.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 22.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções previstas na MP nº51/2024, da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 22.14. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 2º da referida MP, da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 22.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 22.16. Compete a Autoridade do Órgão, mediante a ciência expressa de sua Procuradoria, celebrar acordo, como forma de composição consensual, com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de condutas infracionais e ilícitos previstos nesta Lei, com vistas à atenuação das respectivas sanções, objetivando, especialmente:
- I – Economia e celeridade processual;
  - II – Antecipação da compensação pelos danos causados;
  - III – Redução de contenciosos;
  - IV – Atingimento do interesse público;
  - V – Priorização ao estímulo pelo abastecimento da Administração;
  - VI - Observância ao princípio da eficiência.
- 22.17. O acordo referido no subitem 20.16 deste Termo de Referência, tramitará no

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

bojo do Processo Administrativo instaurado para apuração de infração à Lei de Licitações e Contratos, caso ainda não tenha ocorrido o esgotamento da via recursal pelo infrator.

22.18. Em eventual proposta de Composição Consensual, deverá ser apresentada formalmente pela pessoa jurídica interessada, após notificação, na forma escrita, nos termos do art. 38 e 39, da MP nº 51/2024, da Lei Ordinária Municipal nº 15.273/2024.

**23. ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO CONTRATO**

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**24. COMUNICAÇÃO**

24.1. As comunicações/ notificações de toda e qualquer natureza serão realizadas através e-mail informado pela fornecedora, presumindo-se – de modo absoluto – a ciência após o prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir do envio.

**25. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TR**

25.1. Segue abaixo a identificação dos elaboradores do presente instrumento.

ORDEM	SETOR	ELABORADOR	MATRÍCULA
1	SMS-DAH	<b>Edno Guedes Rolim Filho</b> – Diretor de Atenção Hospitalar	68.125-9
2	SMS-DAH	<b>José Ribeiro Farias Neto</b> – Gerente Organizacional Administrativo da Atenção Hospitalar	68.104-0
3	SMS-DAH	<b>Lucas Antonino de Sousa</b> – Coordenador de Acompanhamento e Controle de Contratos da Atenção Hospitalar	68.097-2

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

4	SMS-DAH	<b>Adysson Dantas de Sousa</b> - Engenheiro	102.467-3
---	---------	---	-----------

**João Pessoa, 14 de novembro de 2025.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA

Na qualidade de autoridade competente, **APROVO o presente Termo de Referência**, esclarecendo que a garantia quanto à fidedignidade das informações e seus atos decorrentes, expressos nos documentos/declarações juntadas aos autos, **SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS RESPECTIVOS AGENTES PÚBLICOS EMISSORES**, já que detentores de conhecimentos técnicos inerentes e específicos no âmbito de sua área de atuação.

---

**Luís Ferreira de Sousa Filho**  
Secretário de Saúde do Município



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

**ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA**

Especificações Técnicas do **VEÍCULO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA, ITEM 01 DO TERMO DE REFERÊNCIA**, Veículo de Intervenção Rápida, conforme normatização da Portaria 1.010/2012/SAS/MS e 1.473/2013/SAS/MS

**1. Especificações Técnicas Gerais:**

- Motorização: Diesel, turbo/intercooler, no mínimo 2.2L, com potência  $\geq 170$  cv.
- Categoria: Picapes Médias 4x4 Diesel
- Tração: 4x4 com reduzida (manual ou eletrônica), com bloqueio de diferencial.
- Transmissão: Manual ou automática, com pelo menos 6 velocidades.
- Direção: Elétrica ou hidráulica assistida.
- Suspensão: Reforçada, para uso off-road (com eixo rígido e molas reforçadas).
- Freios: ABS com EBD; discos ventilados na dianteira e traseira.
- Pneus: Todo-terreno (All Terrain), com medida mínima 265/65 R17, com estepe igual ao conjunto.
- Chassi: Longarinas reforçadas com proteção inferior (skid plate) para cárter, transmissão e tanque de combustível.

**2. Requisitos Ambientais e de Emissão:**

- Veículo equipado com tecnologia SCR (Redução Catalítica Seletiva) e uso de Arla 32 (AdBlue) para controle de emissões.
- Conformidade com as normas ambientais PROCONVE P8 (Euro 6).
- Sistema OBD (On-Board Diagnostics) para monitoramento das emissões em tempo real.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- Tanque dedicado para Arla 32 com sensor de nível e indicador no painel.

**3. Configuração de Cabine e Caçamba:**

- Cabine: Dupla, com capacidade para até 5 ocupantes.
- Caçamba: Aberta, com estrutura metálica reforçada e compartimentos estanques para transporte seguro de equipamentos médicos.
- Revestimento da caçamba: Piso emborrachado ou com manta vinílica antiderrapante, lavável.
- Iluminação: LED na caçamba e no entorno traseiro para operações noturnas.
- Fixação de carga: Trilhos, amarras e ganchos para contenção de equipamentos e cilindros.

**4. Equipamentos Embarcados (mínimo):**

- Proteção e reforço estrutural dianteiro, destinado a pick-ups 4x4 utilizadas em operações de resgate, salvamento ou atendimento pré-hospitalar. Projetado para resistir a impactos leves, proteger componentes frontais e permitir a instalação segura de guincho elétrico automotivo. Fabricado em Aço carbono estrutural, espessura mínima de 4 mm nas áreas de ancoragem e 3 mm nas demais áreas, Pintura eletrostática (epóxi) com base anticorrosiva ou tratamento galvanizado.



**FIGURA 1: EXEMPLO DE PROTETOR E REFORÇO ESTRUTURAL DIANTEIRO  
COM MESA PARA GUINCHO ELÉTRICO.**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- Guincho elétrico, capacidade de tração Mínimo 9.000 lb (4.082 kg), 12V DC, Motor Mínimo 4,5 hp, selado, com proteção IP67 ou superior, Sistema de redução Planetário triplo, com taxa de redução entre 200:1 a 300:1, Freio automático embutido no motor. Tipo de cabo Aço galvanizado (8–10 mm x 28 m) ou sintético (Dyneema) com mesma resistência, controles Comando com fio (mínimo 3 m) e controle remoto sem fio (opcional).



FIGURA 2: EXEMPLO GUINCHO ELÉTRICO

- Suporte e contenção para 1 ou 2 cilindros de oxigênio medicinal (P5 ou P10).
- Compartimentos para bolsas de primeiros socorros, DEA, maletas de vias aéreas, colares cervicais, talas e outros itens de imobilização.
- Rádio comunicador VHF/UHF integrado à Central de Regulação.
- Tomadas 12V/USB e inversor para 110V (mínimo 300W).
- Extintor de incêndio classe ABC.
- Iluminação interna e sinalização de cena (luz branca e âmbar).

**5. Sinalização Visual e Sonora (Normas CONTRAN):**

- Condições gerais:

Os sinalizadores, acústico, visuais e luzes auxiliares, deverão atender as normas da SAE (Society of Automotive Engineers):

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- SAE J575 Rev. 202104 - Métodos de Ensaio para Dispositivos de Iluminação para veículos (Ensaio de Vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação);
- SAE J595 Rev. 202108 - Dispositivos Sinalização Visual para Veículos de Emergência (Ensaio de Fotometria);
- IEC60529 NBR/IEC60529 - Classificação e avaliar de grau de proteção contra entrada de objetos sólidos e líquidos em equipamentos elétricos e eletrônicos.

A comprovação do atendimento às normas, se dará por apresentação de laudo emitido por entidade competente acreditada. Que deverá ser apresentado na avaliação do protótipo.

A empresa deverá garantir que os equipamentos de sinalização acústica, visual e acessórios não gerem sobrecarga o sistema elétrico original do veículo.

Os módulos de Led do sinalizador principal e das luzes auxiliares deverão ser passíveis de manutenção após o término da garantia do produto.

Os equipamentos acústicos e visuais deverão ser imunes a interferências eletromagnéticas (EMI e RFI) no sistema original do veículo e no rádio transceptor ou dispositivos de comunicação, tão pouco gerar ruídos eletromagnéticos/interferências nos equipamentos de comunicação embarcados.

O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios, deverá ter gerenciamento de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0V, de forma a garantir a partida no motor do veículo e sistema que desligue o sinalizador acústico quando for acionado o pedal de apoio de estacionamento (cavalete lateral) ou o desligamento do motor da motocicleta pela chave ou pelo botão “Kill Switch” (botão de desligamento do motor).

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

Todo material plástico deverá ser provido de proteção UV integrada à matéria-prima (sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção). A proteção UV deverá ser comprovada através de Laudo do fabricante da matéria-prima, apresentado na avaliação do protótipo.

Os módulos de Leds não podem exceder as dimensões 100mm de largura x 40mm de altura, com tolerância de  $\pm 2,0$ mm.

- Barra de LED (giroflex) com iluminação vermelha e azul, com sirene eletrônica multiton. Comprimento da barra: 1.20 m; Chicote elétrico com porta fusível blindado. Controlador de três botões comando (Sinalizador, Piai e Sirene). Sirene de 100 watts de potência, carcaça injetada em nylon. Sinalizador com homologação norma SAE.
- Kit Strobo:
  - Strobo de 06 (seis) canais, sendo:
    - 02 (dois) na cor Cristal/Branco
    - 02 (dois) na cor Rubi/Vermelho
    - 02 (dois) na cor azul
- Faixas refletivas em toda a extensão da carroceria com identificação “SAMU 192”.
- Logos do Ministério da Saúde e Município/Estado, conforme padronização nacional.

**6. Normas e Conformidade:**

- Veículo classificado como de emergência conforme Resolução CONTRAN 985/2022.
- Adaptado segundo diretrizes da Portaria GM/MS nº 1.010/2012 e alterações pela Portaria nº 1.473/2013.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- Atende requisitos de acessibilidade operacional, segurança veicular e ergonomia da equipe.

Especificações Técnicas das MOTOLÂNCIAS, **ITEM 02 DO TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme Portaria nº 2.971/MS.

**1. Especificações Técnicas Gerais:**

- Tipo: Motocicleta on/off road (trail ou big trail), própria para uso urbano e rural
- Motorização: 4 tempos, injeção eletrônica, cilindrada mínima de 300 cc
- Combustível: Gasolina ou flex (etanol/gasolina)
- Transmissão: Manual, com no mínimo 5 marchas
- Sistema de partida: Elétrico
- Freios: A disco nas duas rodas, com sistema ABS
- Suspensão: Reforçada, com curso adequado para uso misto (asfalto/terra)
- Capacidade do tanque: Mínimo 12 litros
- Pneus: Misto (on/off road), sem câmara (tubeless)
- Partida e ignição: Elétrica, com chave codificada ou sistema antifurto
- Farol e iluminação: Em LED;

**2. Requisitos Ambientais e de Emissão:**

- PROCONVE M5 (ou superior) – Programa de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares, conforme Resolução CONAMA nº 297/2002 e suas atualizações;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- Padrão de emissões Euro 5 (ou Euro 6, se aplicável), com limites reduzidos de monóxido de carbono (CO), hidrocarbonetos (HC), óxidos de nitrogênio (NOx) e material particulado (MP);
- Sistema de controle de emissões por catalisador integrado ao escapamento, com sonda lambda;
- Em conformidade com o IBAMA e DENATRAN quanto à homologação ambiental e de ruído;
- Emissão de Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), com registro de veículo de emergência.

**3. Equipamentos embarcados:**

- Protetor lateral de carenagem/motor: Compatível com o modelo de moto ofertada, fabricado em aço tubular, com pontos de fixação de excelente sustentação, acabamento em pintura eletrostática preto fosco, com capacidade de proteção do impacto e capaz de amenizar ou prevenir danos em partes importantes da motocicleta, principalmente na tampa do motor, no tanque, na carenagem lateral e radiador, em tombos parados ou quedas em baixa velocidade.



**FIGURA 3: EXEMPLO DE PROTETOR LATERAL DE CARENAGEM**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- Protetor de cárter: Em aço ou metal compatível com o modelo ofertado, com pontos de fixação por parafuso e locais próprios, proporcionando proteção integral do cárter, sem prejudicar o funcionamento das pedaleiras e também ao escapamento, caso este passe por baixo do motor da motocicleta. Deverá ser fixada à estrutura da motocicleta sem comprometer a funcionalidade;



FIGURA 4: EXEMPLO DE PROTETOR DE CÁRTER

- Protetor de manete: Protetor de manete/mão do tipo integral, com alma de alumínio ou metal e acabamento em plástico, na cor preta, com sistema de fixação na ponta do guidão e, compatível com o modelo de moto ofertada. A exigência de alma em alumínio ou metal justifica-se pela natureza da atividade policial, que implica condução dos veículos em situação de emergência, aumentando a durabilidade do componente e a proteção para mão do condutor.



FIGURA 5: EXEMPLO DE PROTETOR DE MANETE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- Protetor de radiador (caso a motocicleta possua sistema de arrefecimento líquido): confeccionado em estrutura de chapas aço carbono de no mínimo 2mm de espessura, com tratamento de superfície contra corrosão e pintura epóxi. Deverá oferecer proteção ao radiador da motocicleta contra pedras, pancadas e condições adversas do tempo.



FIGURA 6: EXEMPLO DE PROTETOR DE RADIADOR

- Dispositivo corta - linha de pipa: Equipamento de proteção para integridade física do condutor, constituída de haste em aço inox telescópica e articulável com aproximadamente 60 cm (sessenta centímetros) estendida e 15 cm (quinze centímetros) fechada, abraçadeira de alumínio para guidão, no mínimo 07 (sete) estágios de regulação, com sistema que permita o corte da linha nas extremidades. Deverá ser instalada na meia extremidade do guidão próximo a base do espelho retrovisor, de modo a não causar ferimentos ao condutor em caso de acidentes com a motocicleta. Os dispositivos anti-linha de pipa deverão estar de acordo com a Resolução de nº 355 de 02 de agosto de 2010 do CONTRAN;



FIGURA 7: EXEMPLO DE DISPOSITIVO CORTA LINHA  
DE PIPA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

- Suporte de baú e baú: Suporte com baú em plástico injetado na cor preta, do tipo quadrado, de material não poroso, com sistema de tranca e chave, removível, fixado no bagageiro, com volume de 29 (vinte e sete) litros. O material não poroso se justifica pela necessidade de fixação de adesivos de grafismos da Instituição, sem utilização de parafusos ou rebites ou qualquer outro meio de fixação diverso da plotagem.



FIGURA 8: EXEMPLO DE SUPORTE DE BAÚ



FIGURA 9: EXEMPLO DE BAÚ

#### **4. Sinalização Sonora e Visual:**

- Condições gerais:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

Os sinalizadores, acústico, visuais e luzes auxiliares, deverão atender as normas da SAE (Society of Automotive Engineers):

- SAE J575 Rev. 202104 - Métodos de Ensaio para Dispositivos de Iluminação para veículos (Ensaio de Vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação);
- SAE J595 Rev. 202108 - Dispositivos Sinalização Visual para Veículos de Emergência (Ensaio de Fotometria);
- IEC60529 NBR/IEC60529 - Classificação e avaliar de grau de proteção contra entrada de objetos sólidos e líquidos em equipamentos elétricos e eletrônicos.

A comprovação do atendimento às normas, se dará por apresentação de laudo emitido por entidade competente acreditada. Que deverá ser apresentado na avaliação do protótipo.

A empresa deverá garantir que os equipamentos de sinalização acústica, visual e acessórios não gerem sobrecarga o sistema elétrico original do veículo.

Os módulos de Led do sinalizador principal e das luzes auxiliares deverão ser passíveis de manutenção após o término da garantia do produto.

Os equipamentos acústicos e visuais deverão ser imunes a interferências eletromagnéticas (EMI e RFI) no sistema original do veículo e no rádio transceptor ou dispositivos de comunicação, tão pouco gerar ruídos eletromagnéticos/interferências nos equipamentos de comunicação embarcados.

O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios, deverá ter gerenciamento de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0V, de forma a garantir a partida no motor do veículo e sistema que desligue o sinalizador acústico quando for acionado o pedal de apoio de estacionamento (caveleto lateral) ou o

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

desligamento do motor da motocicleta pela chave ou pelo botão “Kill Switch” (botão de desligamento do motor).

Todo material plástico deverá ser provido de proteção UV integrada à matéria-prima (sendo proibido o uso de vernizes para esta proteção). A proteção UV deverá ser comprovada através de Laudo do fabricante da matéria-prima, apresentado na avaliação do protótipo.

Os módulos de Leds não podem exceder as dimensões 100mm de largura x 40mm de altura, com tolerância de  $\pm 2,0$ mm.

- Sinalização visual:

O conjunto de sinalização visual deverá ser composto por 8 (oito) módulos sinalizadores contendo mínimo de 3 (três) Leds cada, formado por lentes colimadoras em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, base na cor preta injetado em ABS, Nylon com fibra ou alumínio e moldura de acabamento em ABS na cor preto, todos resistente a impactos, descoloração e amarelamento. Alimentados nominalmente com 12 Vcc, gerenciados por microprocessador ou microcontrolador, que permite a geração de flashes luminosos com frequência não inferior a 1,0Hz e não superior a 4,0Hz (conforme SAE J595). O circuito eletrônico deverá garantir a eficiência luminosa dos equipamentos, mesmo que a viatura esteja desligada ou em baixa rotação.

O sistema de luzes deverá ter a seguinte configuração:

- Luzes Frontais:

1. Dois módulos sinalizadores frontais superiores, instalados na haste do espelho retrovisor, com mínimo de 3 Leds vermelhos, próprios para iluminação, com potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, com base e moldura de acabamento em nylon com fibra ou ABS, OU, base em nylon com fibra ou base em ABS e moldura de acabamento em ABS, resistente a impactos, descoloração



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

e amarelamento. Fixados por meio de bases metálicas na cor preta, de dimensões reduzidas e resistente a esforço e intempéries. Com alimentação nominal de 12 Vcc;

2. Dois módulos sinalizadores frontais inferiores, fixados próximo às lanternas indicadoras de direção, com mínimo de 3 Leds brancos, próprios para iluminação, com potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, base e moldura de acabamento em nylon com fibra ou ABS, OU, base em nylon com fibra ou base em ABS e moldura de acabamento em ABS, resistente a impactos, descoloração e amarelamento. Fixados por meio de bases metálicas na cor preta, de dimensões reduzidas e resistente a esforço e intempéries. Com alimentação nominal de 12 Vcc;

3. Cada LED (Diodo Emissor de Luz) deverá obedecer a especificação a seguir:

4. Cor predominante: Vermelho;

5. Comprimento de onda: Entre 610 e 630 nm;

6. Intensidade luminosa mínima: 60 Lumens;

7. Cor predominante: Branco;

8. Temperatura de cor: Entre 4500 e 6500K;

9. Intensidade luminosa mínima: 120 Lumens;

10. Encapsulamento: SMD 3535, 2525 ou 1616;

11. Vida útil: 30.000 horas;

12. Os Leds deverão ser certificados conforme LM-80 do fabricante do LED.

- Luzes Traseiras:

1. Dois módulos sinalizadores laterais traseiros, instalados na lateral do bagageiro, perpendicularmente ao sentido de marcha da motocicleta, com mínimo de 3 Leds vermelhos, próprios para iluminação, com potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, base e moldura de acabamento em nylon com

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

fibra ou ABS, OU, base em nylon com fibra ou base em ABS e moldura de acabamento em ABS, resistente a impactos, descoloração e amarelamento. Fixados por meio de bases metálicas na cor preta, de dimensões reduzidas e resistente a esforço e intempéries. Com alimentação nominal de 12 Vcc;

2. Dois módulos sinalizadores traseiros, instalados na traseira da estrutura do bagageiro, longitudinalmente ao sentido de marcha da motocicleta, com mínimo de 3 Leds brancos, próprios para iluminação, com potência não inferior de 3 W cada, com garantia de 2 anos. Dotados de lente colimadora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade, base e moldura de acabamento em nylon com fibra ou ABS, OU, base em nylon com fibra ou base em ABS e moldura de acabamento em ABS, resistente a impactos, descoloração e amarelamento. Alimentados nominalmente com 12 Vcc;

3. Cada LED (Diodo Emissor de Luz) deverá obedecer a especificação a seguir:

4. Cor predominante: Vermelho;

5. Comprimento de onda: Entre 610 e 630 nm;

6. Intensidade luminosa mínima: 60 Lumens;

7. Encapsulamento: SMD 3535, 2525 ou 1616;

8. Vida útil: 30.000 horas;

9. Os Leds deverão ser certificados conforme LM-80 do fabricante do LED.

10.

Caso não seja possível a distribuição e posicionamento das luzes frontais por limitações mecânicas e estruturais da motocicleta, poderá ser apresentada uma proposta de novo layout por parte da empresa contratada para análise e aprovação do órgão.

- Sinalização acústica:
  - Amplificador Sonoro:

Módulo amplificador instalado junto ao protetor de pernas da motocicleta, com potência não inferior a 30W RMS. Deve oferecer mínimo de 4 (quatro) tipos de sons (Wail, Yelp,

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

Pierce e Horn).

O conjunto de sinalização acústica sintonizado deve ser formado por corpo único (amplificador

+ driver de compressão), construído em nylon com fibra de vidro, resistente a impactos, calor e deformações, fixado através de suporte próprio adequados para evitar a vibração do conjunto quando a motocicleta estiver em deslocamento.

Deverá ter gerenciamento automático de bateria que desligue as luzes sinalizadoras quando a bateria estiver com voltagem mínima de 11,0 V, de forma a garantir a partida no motor do veículo e sistema que desligue o sinalizador acústico quando for acionado o pedal de apoio de estacionamento (cavelete lateral) E o desligamento do motor da motocicleta pela chave ou pelo botão “Kill Switch” (botão de desligamento do motor).

O gerenciamento da bateria deve permitir que as funções dos módulos de sinalização visual, permaneçam habilitadas por mais 30 minutos ou até o nível de bateria atingir 11,0 V (o que acontecer primeiro), mesmo com a ignição desligada.

O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

A Pressão sonora (SPL) de 110Db@1m deverá ser comprovada por medição através de Decibelímetro aferido, na apresentação do protótipo.

- Características técnicas:

Potência: 30W RMS;

Tipos de sons: Wail, Yelp, Pierce e Horn. Consumo máximo: 2,5Ah

Consumo Standy By (repouso) 0 (zero) Pressão sonora (SPL): 110dB@1m Resposta de Frequência: 600 a 3000Hz Peso: Não superior a 1,5Kg

O conjunto Amplificador Sonoro e Unidade Sonofletora deverão estar certificados conforme norma NBR/ICE60529, Grau de Proteção IP67.

- Painel controlador do sistema acústico / visual:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

Deverá ser fornecido um painel de controle, com mínimo de 3 teclas, instalados do lado esquerdo do painel da motocicleta, resistente a água, com tamanho adequado que permita manuseio e acionamento utilizando apenas uma das mãos, sem a necessidade de se retirar a mão do manete, mesmo que o policial esteja utilizando luvas.

O botão de acionamento da buzina deverá ser mantido, preservando a função original.

O controlador deverá ser dotado de botões de acionamento em silicone translúcido retro iluminados de forma a ter uma boa visibilidade, tanto de dia quanto à noite, podendo identificar as funções que estão habilitadas. O texto em cada botão deve ser impresso de maneira indelével em cor preta. Os botões devem estar em alto relevo em relação ao painel.

O módulo de controle da sinalização deverá ser microcontrolado para acionamento de forma prática dos sinalizadores visuais, controlando os efeitos luminosos e acionamento e seleção dos sons da sirene.

É vedada a alteração da posição original do punho e/ou da manopla na motocicleta.

As funções de acionamento do conjunto sinalizador (acústico e visual) deverão atender o descrito abaixo:

1. Botão "PÉ - Patrulha": (Botão branco com backlight na cor branca e vermelho quando acionado)

Acionar a tecla com um toque curto: função "PE" (ponto de estacionamento), dois flashes alternados, dianteiro esquerdo 120° e traseiro direito após dianteiro direito 120° e traseiro esquerdo sequenciais, em velocidade moderada e sirene desligada, em novo toque curto deve ser desligada;

Pressionar e segurar a tecla por um período: função "Patrulha": dois flashes dianteira 120° (esquerdo frontal) simultaneamente com traseira (direito traseiro e esquerdo lateral) após dois flashes dianteira 120° (direito frontal) simultaneamente com traseira (esquerdo traseiro e traseiro lateral) sequenciais, simulando movimento das luzes, em velocidade moderada e sirene desligada, em novo toque curto deve ser desligada.

2. Botão "Horn - Pial": (Botão branco com backlight na cor branca, verde ou azul e vermelho quando acionado)

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

Acionar a tecla com um toque curto: sirene efetua um único toque no padrão policial Horn;

Pressionar e segurar a tecla por um período: sirene efetua um único toque no padrão policial Wail (Pial) e simultaneamente dois flashes no conjunto de módulos dianteiro branco.

**3. Botão “EMERGÊNCIA”:** (Botão vermelho com backlight na cor vermelho)

Acionar a tecla com um toque curto: dois flash no conjunto de módulos vermelho (dianteiros de 120° e traseiros) e após dois flash no conjunto dianteiro branco, velocidade rápida e sirene ligada no pierce, em novo toque curto deve ser desligada.

Após acionar um padrão de flash, manter a tecla pressionada por 3 segundos para desligar as luzes direcionais traseiras, manter novamente a tecla pressionada por mais 3 segundos para religar as luzes direcionais traseiras e desligar as luzes direcionais dianteiras e manter a tecla pressionada por mais 3 segundos para sair do modo COMBOIO.

Prescrições diversas:

O sistema deverá ser imune a EMI (eletric magnetic interference) e RFI (radio frequency interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores dentro da faixa de frequência utilizada;

O sistema deverá dispor de sensor de baixa voltagem, para impedir o funcionamento do sinalizador quando a bateria estiver com capacidade mínima (11,8 V), de forma a permitir a partida no motor;

O consumo máximo de energia, com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A/h, na condição de alimentação nominal;

O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder os limites que coloquem em risco a segurança do equipamento;

- Laudos para o sistema de sinalização:

Os módulos sinalizadores devem possuir Certificação SAE, atendendo as normas e testes especificados abaixo, cuja comprovação se dará por meio de apresentação, no

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DIREÇÃO DE ATENÇÃO HOSPITALAR – DAH  
ENGENHARIA CLÍNICA**

momento de aprovação do Protótipo, de Laudo emitido por entidade acreditada para as seguintes normas:

- SAE J595\_202108 Revised Classe 1/Red/White – Front/Rear direction, Ponto HV mínimo de 500 Cd e 12.000 Cd-Seg/Min; SAE J575\_201808 Revised – Mechanical Tests (4.2 Vibration, 4.5 Warpage, 4.9 H2O, 4.11 Dust, 4.12 NaCl); SAE J845\_202108 Classe 1/Red/White – 180º Hemispherical Coverage All Fps; SAE J578\_202004 – Color Test.

Somente serão aceitos laudos de revisões diferentes das especificadas, caso o laudo seja de revisão realizada posteriormente a revisão solicitada.



**ANEXO II**  
**MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX**

**Processo Administrativo nº.** 9.160/2025  
**Pregão Eletrônico nº.** 13.033/2025  
**Órgão Gerenciador:** Fundo municipal de Saúde do Município de João Pessoa.

**Objeto:** Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de locação de motolâncias e veículo de intervenção rápida, destinado ao SAMU 192 regional João Pessoa.

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e vinte e quatros, na cidade de João Pessoa - PB, o Fundo Municipal de Saúde do Município de João Pessoa, sito na Av. Júlia Freire, s/n, Torre, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, de acordo com as atribuições que lhes foram conferidas, **RESOLVE**, nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021; do Decreto Municipal nº 10.445, de 13 de novembro de 2023, alterado pelo Decreto Municipal nº 10.563, de 6 de fevereiro de 2024 e demais normas legais aplicáveis, diante da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 13.033/2025, **RESOLVE** registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário: \_\_\_\_\_, localizado: \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Cidade: \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual sob o nº \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, representado pelo(a) \_\_\_\_\_, portador de RG nº \_\_\_\_\_ e CPF: \_\_\_\_\_ conforme quadros a seguir:

Item	Quant.	Catmat	Und.	Descrição	Fabricante/ Marca	Preço Unit.	Preço Total
Valor Total							

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

As especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Eletrônico n.º 13.033/2025 integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

Constitui Anexo ao presente instrumento a Ata de Formação do Cadastro de Reserva, contendo o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do adjudicatário.

**1. DAS EMPRESAS INTEGRANTES DO CADASTRO DE RESERVA:**

- Seguem os dados das empresas interessadas em integrar o cadastro reserva:

**FORNECEDOR**

Empresa:			
Endereço:		CEP:	UF:
Cidade:	Telefone:	Email:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:		
Representante Legal:			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	P.UNIT	TOTAL	MARCA



- 1.1 A contratação com a empresa integrante do Cadastro de Reserva desta ARP será efetuada quando da impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 1.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir as propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 1.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes.
- 1.4 Demais disposições quanto a ata de registro preços, cadastro reserva e adesão à ata de registro de preços está prevista no edital do Pregão Eletrônico.

## 2 CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 2.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
  - 2.1.1 *Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;*
  - 2.1.2 *Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;*
  - 2.1.3 *Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou*
  - 2.1.4 *Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.*
    - 2.1.4.1 *Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.*
- 2.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

## 3 DAS PENALIDADES

- 3.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
  - 3.1.1 *As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.*
- 3.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante.
- 3.3 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 2.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 4 CONDIÇÕES GERAIS

- 4.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

**ANEXO III**  
**TERMO DE CONTRATO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOÃO PESSOA**

(Processo Administrativo nº 9.160/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E .....

O Município de João Pessoa, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Av. Júlia Freire, S/N, na cidade de João Pessoa/PB, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 08.715.618/0001-40, neste ato representado pelo Secretário de Saúde do Município, Sr. Luís Ferreira de Sousa Filho, nomeado(a) pela Portaria nº 374, publicada no D.O.M de 14 de janeiro de 2025, portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n.13.033/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

O objeto do presente instrumento é **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MOTOLÂNCIAS E VEÍCULO DE INTERVENÇÃO RÁPIDA, DESTINADO AO SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRI O	VALO R TOTAL
1					

1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 O Termo de Referência;
- 1.2.2 O Edital da Licitação;
- 1.2.3 A Proposta do contratado;
- 1.2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 *O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021, com vigência a partir da assinatura, com eficácia condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Portal da Transparência do Município, além da publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, conforme art. 107 e art. 94, da Lei 14.133/21., tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último desde que seja comprovada a eficiência e a vantajosidade quanto aos preços e condições praticadas.*

**3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

**4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5 CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1 *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*
- 5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3 *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

## 6 CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

- 6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 7 CLÁUSULA SÉTIMA – REVISÃO

- 7.1 A revisão fica sujeita à existência de planilha de custos apresentada juntamente com a proposta.
- 7.2 A Contratada deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo as parcelas relativas a todos os insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.
- 7.3 A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará à unidade administrativa a proceder a futuras revisões de preços, caso venha a contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro.
- 7.4 A cada pedido de revisão de preço deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.
- 7.5 A critério da Administração Municipal poderá ser exigida da CONTRATADA lista de preços expedida pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.
- 7.6 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração Municipal adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.
- 7.7 A revisão do preço terá validade a partir da data da solicitação, desde que aprovada pela autoridade competente.
- 7.8 É vedado à Contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Contrato.

A revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais, estaduais e municipais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. São obrigações da CONTRATANTE:
- 8.1.1. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.2. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.3. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. A CONTRATANTE arcará com as despesas de multas de trânsito, combustível, pedágio, estacionamento e lavagem dos veículos.

## 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade, número do Pregão; número da nota de Empenho; local de Entrega; laudo de Controle de Qualidade, se for o caso.

9.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.4. Comunicar à Contratante, **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega**, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.1.7. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da entrega de produto, tais como: a) salários; b) seguros de acidente; c) taxas, impostos e contribuições; d) indenizações; e) vales-refeição; f) vales-transporte; e g) outras que por ventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

9.1.8. Manter os seus empregados identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da Secretaria Municipal de Saúde;

9.1.8.1. A Contratada deverá prover treinamentos para as equipes técnicas do contratante sobre os materiais, para o seu correto manuseio, caso necessário.

9.2. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.3. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.4. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.

9.6. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.7. Os serviços serão executados mediante a disponibilização das Motolâncias e Veículo de intervenção rápida na Sede do SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA, com dedicação exclusiva e de forma ininterrupta, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, durante a vigência da contratação.

9.8. Os veículos destinados à prestação do serviço deverão conter sistema de GPS integrado, para garantir agilidade nos atendimentos e monitoramento por parte da contratante.



- 9.9. Os veículos deverão sempre estar em perfeito estado de conservação, inclusive quanto à mecânica, carroceria e acomodações, equipamentos de segurança e tráfego previstos na legislação; possuir documentação totalmente regularizada e estar licenciada em nome da empresa que vier a ser contratada.
- 9.10. A contratação dos serviços será por quilometragem livre;
- 9.11. Os veículos locados deverão ser 0 (zero) Km.
- 9.12. Os veículos deverão ter cobertura de seguro por conta da locadora, que deverá ser válido durante todo o período de vigência do Contrato e em território nacional, da seguinte forma:
- 9.12.1. cobertura para cada veículo, seguro de vida, seguro contra colisão, roubo, furto, incêndio, responsabilidade civil e cobertura de terceiros, danos materiais e danos corporais, sem franquias e responsabilidades para a Contratante.
- 9.13. A manutenção dos veículos ocorrerá por conta da contratada, inclusive substituição de peças, pneus e acessórios.
- 9.14. Os veículos deverão ser entregues devidamente caracterizados, conforme modelo a ser fornecido pelo SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA, após a emissão da Nota de Empenho. As despesas relacionadas à identificação visual dos veículos ocorrerão às custas da CONTRATADA.
- 9.15. Em caso de avaria mecânica, acidente de trânsito ou por quaisquer outras razões (acidente, tramites burocráticos junto ao DETRAN ou legalização, manutenção, etc.), a CONTRATADA deverá substituir o veículo avariado/acidentado ou que, a juízo da Administração, não esteja em perfeitas condições de utilização em serviço, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir da notificação feita pela Administração, por veículo reserva de características idênticas.
- 9.16. Na hipótese de não ocorrer a sua substituição no prazo assinalado, as despesas eventualmente arcadas pelo SAMU 192 REGIONAL JOÃO PESSOA com o deslocamento dos usuários para os locais de destino, serão cobradas multa contratual, sem prejuízo de indenização pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros.
- 9.17. Todas as manutenções preventivas e corretivas ficam sob responsabilidade da CONTRATADA.
- 9.18. O veículo estará em constante avaliação quanto as normas pertinentes, em especial as já mencionadas neste instrumento.
- 9.19. No ato da entrega:
- 9.19.1. A documentação do veículo deverá constar no nome da empresa Contratada, não sendo permitida sublocações.

## **8. CLÁUSULA DÉCIMA– DOS PRAZOS, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA**

- 8.1. O objeto da licitação deverá ser entregue no SAMU 192 REGIONAL DE JOÃO PESSOA, situada à Av. Diogênes Chianca nº 1777 Água fria – João Pessoa.
- 8.2. O Horário de entrega deverá ocorrer no período de 08:30h às 12:00h e 13:00h às 17:00h, de Segunda à sexta-feira.
- 8.3. A execução dos serviços será iniciada imediatamente após o recebimento definitivo das motolâncias e do VIR (Veículo de Intervenção Rápida), objetos deste certame, a partir de quando será computado o início da locação destes.
- 8.4. A contratada terá o prazo de 30 dias corridos, a contar da data da emissão da nota de empenho, para efetuar entrega do veículo locado.
- 8.5. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 8.6. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 8.7. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 8.7.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os objetos, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela entrega, com a finalidade de verificar adequação destes conforme licitado.



- 8.8. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar a nota de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 8.10. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal do contrato deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições.
- 8.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 8.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 8.14. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório do objeto, o Gestor/fiscal do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as diretrizes.
- 8.15. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.16. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo do serviço prestado, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.17. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 8.18. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 8.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## 9. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei Municipal nº 15.273/2024, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.1.1. **Advertência;**

9.1.2. **Multa;**

9.1.3. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração**

9.1.4. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou penalidade.

9.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.2.1. A natureza e a gravidade de infração cometida;

9.2.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.2.6. Os antecedentes da licitante ou contratada.

9.3. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Municipal nº 15.273/2024, poderão ser aplicadas as penalidades do item 20.1, conforme abaixo:

9.3.1. A penalidade de advertência será aplicada na hipótese de inexecução contratual parcial, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.3.1.1. O descumprimento contratual que acarrete prejuízo significativo para a Administração e/ou que interfira diretamente na execução do objeto e comprometa prazos e/ou serviços é justificativa para imposição de penalidade mais gravosa.

9.3.1.2. Em caso de reincidência, deve-se aplicar penalidade mais grave.

9.3.2. A penalidade de multa decorre do cometimento de infrações na relação em fase licitatória ou contratual, e será aplicada, nas hipóteses e nos seguintes percentuais:

9.3.2.1. 25% (vinte por cento) sobre a parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial;

9.3.2.2. 30% (trinta por cento) sobre a parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.3.2.3. 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.

9.3.2.4. Para fins de aplicação da multa compensatória prevista neste artigo, considerar-se-á absolutamente inadimplido o contrato quando verificado o atraso injustificado superior a 40 (quarenta) dias no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada.

9.3.2.5. Será considerada grave, entre outras hipóteses, a inexecução parcial que resulte no desabastecimento de bens e medicamentos ou descontinuidade de serviços da rede municipal de saúde, inclusive a ausência de entrega da totalidade de bens, insumos e serviços indispensáveis ao funcionamento dos serviços das unidades de saúde.

9.3.3. A penalidade de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do município e decorre das seguintes condutas e pelos seguintes prazos:

11.3.3.1. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (3 meses);

11.3.3.2. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame (3 meses);

11.3.3.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado (6 meses);

11.3.3.4 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (9 meses);

11.3.3.5 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (12 meses);

11.3.3.6 Dar causa à inexecução total do contrato (18 meses).

11.3.3.7 Considera-se dar causa à inexecução o ato ou omissão que implique não cumprimento injustificado das obrigações contratuais assumidas pela empresa contratada, seja total ou parcial.

11.3.3.8 Será considerada grave, entre outras hipóteses, a inexecução parcial que resulte no desabastecimento de insumos e medicamentos ou descontinuidade de serviços da rede municipal de saúde, inclusive a ausência de entrega da totalidade de equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos serviços das unidades de saúde.

11.3.3.9 Considera-se não manutenção da proposta:

11.3.3.9.1 ausência do seu envio;

11.3.3.9.2 a recusa do seu detalhamento, quando exigido;

11.3.3.9.3 o pedido de desclassificação de sua proposta, quando encerrada a fase competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha por culpa exclusiva da Administração ou decorra de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos do cumprimento dos seus termos.

11.3.3.10 Considera-se a não celebração do contrato quando a empresa desiste de formalizar o contrato ou aditivo;

11.3.3.11 Considera-se retardar a execução do objeto a ação ou omissão que prejudique o bom andamento do certame, evidencie tentativa de indução a erro no julgamento ou atrase a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

11.3.3.12 Em caso de reincidência, os prazos previstos nos incisos do caput deste artigo serão aumentados até dobro, observada a limitação constante do parágrafo seguinte.

11.3.3.13 O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o máximo de 3 (três) anos.

11.3.4. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, e será aplicada em consequência das condutas abaixo e pelos seguintes prazos:

11.3.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato (36 meses);

- 11.3.4.2. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza (48 meses);
- 11.3.4.3. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação (48 meses);
- 11.3.4.4. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (60 meses);
- 11.3.4.5. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato (60 meses).
- 11.3.4.6. Considera-se fraude na execução contratual a prática de ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a unidade sancionadora.
- 11.3.4.7 Consideram-se inidôneos os atos descritos nos artigos 337-E a 337- P do Código Penal.
- 11.3.4.8 A sanção estabelecida no caput deste artigo será precedida da emissão de parecer por Procurador do Município.
- 11.3.4.9 A penalidade prevista no caput deste artigo também poderá ser aplicada pelas infrações previstas no art. 15, pelos mesmos prazos, desde que justifique a imposição de sanção mais grave.
- 11.3.4.10 O prazo da sanção será acrescido de 3 (três) meses nos casos em se verificar que a conduta ilícita do infrator foi determinante para desabastecimento de insumos e medicamentos ou descontinuidade de serviços da rede municipal de saúde.
- 11.3.4.11 O prazo total da pena, após análise das circunstâncias gerais, deve observar o mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 11.4. Em caso de infração praticada durante o procedimento licitatório, o licitante ficará sujeito à penalidade de multa sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:
- 11.4.1. 5% (cinco por cento) pelas condutas tipificadas no art. 15, da Lei Municipal nº 15.273/2024.
- 11.4.2 10% (dez por cento) pelas condutas tipificadas no art. 16, da Lei Municipal nº 15.273/2024.
- 11.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, e corresponderá ao percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor inadimplido, ou sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, até o limite de 20% (vinte por cento), salvo se outro prazo estiver previsto no instrumento convocatório da contratação.
- 11.5.1. Considera-se justificado o atraso, desde que devidamente fundamentado, na incidência das seguintes situações:
- 11.5.1.2 alteração formal do projeto ou especificações pela Administração;
- 11.5.1.3 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 11.5.1.4 interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem formal e no interesse devidamente registrado da Administração;
- 11.5.1.5 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei nº 14.133/2021;
- 11.5.1.6 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 11.5.1.7 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente e comprovadamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 11.5.2 Após 40 dias de atraso, caso a prestação do serviço ou entrega do objeto não mais seja útil à Administração, segundo parecer da área técnica interessada, a Administração estará autorizada a promover a rescisão do contrato.
- 11.5.3 Rescindido o contrato na forma do parágrafo anterior, será aplicada a multa compensatória disciplinada na Lei Municipal nº 15.273/2024, não cumulada com a multa moratória prevista neste artigo, sem prejuízo de outras sanções previstas nesta lei.
- 11.5.4 A incidência da multa prevista neste artigo não impedirá que a Administração busque o cumprimento forçado e imediato da obrigação, quando verificado grave risco ao interesse público, de acordo com manifestação da área técnica.
- 11.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.7. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 11.8. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, consoante artigo 22, da Lei Municipal nº 15.273/2024.
- 11.9. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no artigo 15, da Lei Municipal nº 15.273/2024, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no artigo 16, da citada Lei Municipal nº 15.273/2024, bem como pelas infrações administrativas previstas no artigo 15 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 16, da Lei Municipal nº 15.273/2024.
- 11.11. Constatada a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Lei Municipal nº 15.273/2024, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão ou setor que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos.

causados.

11.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções previstas na Lei Municipal nº 15.273/2024, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.13. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 2º da referida Lei Municipal nº 15.273/2024, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.15. Compete a Autoridade do Órgão, mediante a ciência expressa de sua Procuradoria, celebrar acordo, como forma de composição consensual, com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de condutas infracionais e ilícitos previstos nesta Lei, com vistas à atenuação das respectivas sanções, objetivando, especialmente:

I – economia e celeridade processual;

II – antecipação da compensação pelos danos causados;

III – redução de contenciosos;

IV – atingimento do interesse público;

V – priorização ao estímulo pelo abastecimento da Administração;

VI – observância ao princípio da eficiência.

11.16. O acordo referido no subitem 11.15 deste contrato, tramitará no bojo do Processo Administrativo instaurado para apuração de infração à Lei de Licitações e Contratos, caso ainda não tenha ocorrido o esgotamento da via recursal pelo infrator.

11.17. Em eventual proposta de Composição Consensual, deverá ser apresentada formalmente pela pessoa jurídica interessada, após notificação, na forma escrita, nos termos do art. 38 e 39, da Lei Municipal nº 15.273/2024.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#) e demais normas federais aplicáveis e princípios gerais dos contratos.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1.Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1.Fica eleito o Foro da Comarca de João Pessoa. Estado da Paraíba, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-  
2-



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BAB0-4892-4EE5-2915

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VALQUÍRIA SILVA DE ARAÚJO (CPF 058.XXX.XXX-77) em 30/01/2026 12:25:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joapessoa.1doc.com.br/verificacao/BAB0-4892-4EE5-2915>